

FACULDADE METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANGELICA RODRIGUES LEÔNCIO ANDRADE

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: INCLUSÃO  
SOCIAL NA SALA DE AULA**

**RIBEIRÃO PRETO – SP**

**2025**

ANGÉLICA RODRIGUES LEÔNCIO ANDRADE

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade Metropolitana  
do Estado de São Paulo como exigência  
parcial para obtenção do título de  
Licenciado em PEDAGOGIA.

Orientador: Cláudia Roberta Borsato

RIBEIRÃO PRETO – SP

2025

Catálogo-na-Publicação Biblioteca METROPOLITANA

Elaborado pela bibliotecária responsável da Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo

**Andrade, Angélica Rodrigues Leôncio**

A571e

**Educação especial e inclusão no ambiente escolar: inclusão social na sala de aula** / Angélica Rodrigues Leôncio Andrade. – Ribeirão Preto, 2025. 27 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo, 2025.

Orientadora: Cláudia Roberta Borsato

1. Educação especial. 2. Inclusão escolar. 3. Necessidades educacionais especiais. 4. Aprendizagem. 5. Socialização. I. Borsato, Cláudia Roberta. II. Título.

CDD – 371.192

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE E COMUNICADO AOS AUTORES A REFERÊNCIA DA CITAÇÃO.

Ribeirão Preto, / / .

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança ao longo desta caminhada acadêmica.

Aos meus pais, pelo amor incondicional, pelos ensinamentos de vida e por acreditarem em mim mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha família, pelo apoio, incentivo e compreensão durante as horas de ausência, estudos e desafios enfrentados.

Dedico, com carinho especial, às crianças com necessidades educacionais especiais e às suas famílias — fonte de inspiração para este estudo e exemplo de superação diária.

E, finalmente, dedico este trabalho a todos os educadores que acreditam na inclusão como prática transformadora, e que, com amor, empatia e dedicação, fazem a diferença na vida de cada aluno.

## **Agradecimentos**

A realização deste trabalho representa não apenas a conclusão de uma etapa acadêmica, mas também a materialização de um sonho construído com esforço, dedicação e o apoio de muitas pessoas especiais.

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder saúde, sabedoria e forças para enfrentar os desafios dessa jornada.

À minha família, meu alicerce, que esteve ao meu lado em todos os momentos — pelos conselhos, pelo amor incondicional e pela paciência nos dias mais difíceis.

Aos meus professores e orientadores, pelo conhecimento compartilhado, pelas orientações valiosas e por acreditarem no meu potencial. Em especial, agradeço àqueles que me incentivaram a seguir o caminho da pesquisa na área da educação inclusiva, despertando em mim o olhar sensível para a diversidade.

Aos colegas de curso, pelas trocas, risadas, angústias divididas e pela parceria ao longo dos semestres.

À equipe da escola onde realizei o estudo de caso, por abrir as portas com acolhimento e colaborar com informações fundamentais para a concretização deste trabalho.

E, de forma muito especial, agradeço a todas as crianças com necessidades educacionais especiais que, com seus olhares e gestos singelos, ensinam diariamente sobre empatia, coragem, superação e humanidade.

A todos, o meu mais sincero e eterno agradecimento.

## RESUMO

Este trabalho reflete sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. O objetivo é analisar a política de inclusão e os seus impactos nos processos de socialização e aprendizagem desses alunos, observando sistematicamente o interesse e o comportamento daqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem, decorrentes das suas necessidades educacionais especiais no cotidiano da sala de aula. A pesquisa combinou estudos de bibliográficos e teóricos com um estudo de caso em uma Unidade Escolar de ensino regular. Essa abordagem permitiu uma análise entre a teoria e a prática, focando em uma sala de aula onde a professora lida com a diversidade de dificuldades de aprendizagem e comportamentos. Conclui-se que a escola está cumprindo seu papel com estratégias que permitem a integração autônoma dos alunos. No entanto, ainda são necessárias mudanças para promover a independência dos alunos com necessidades especiais, principalmente com a participação familiar, visando uma educação de qualidade para todos.

**Palavras-chave:** educação especial; inclusão; aprendizagem; equidade.

## ABSTRACT

This study reflects on the inclusion of students with special needs in regular education. The objective is to analyze inclusion policies and their impact on the socialization and learning processes of these students, by systematically observing the interest and behavior of those who present learning difficulties resulting from their special educational needs in the classroom. The research combined theoretical and bibliographic studies with a case study in a regular school unit. This approach allowed for an analysis between theory and practice, focusing on a classroom where the teacher deals with a diversity of learning difficulties and behaviors. It is concluded that the school is fulfilling its role with strategies that allow for the autonomous integration of students. However, further changes are still needed to promote the independence of students with special needs, especially with family participation, aiming for quality education for all.

**Keywords:** special education; inclusion; learning; equity.

## Sumário

|                                                                                                                       |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>RESUMO .....</b>                                                                                                   | <b>5</b>  |
| <b>ABSTRACT.....</b>                                                                                                  | <b>6</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO – TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO .....</b>                                                                      | <b>8</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>                                                                        | <b>10</b> |
| 1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA UMA ESCOLA INCLUSIVA DE QUALIDADE.....                                                         | 10        |
| 1.2 UMA ESCOLA INCLUSIVA DE QUALIDADE.....                                                                            | 15        |
| <b>CAPÍTULO 2 – IMPORTÂNCIA DOS VALORES, PRINCÍPIOS E ATITUDES .....</b>                                              | <b>18</b> |
| 2.1 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL.....                                                             | 19        |
| <b>CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO COM CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR – EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b> | <b>21</b> |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                  | <b>25</b> |
| <b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                                                            | <b>27</b> |

## **INTRODUÇÃO – TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO**

Este trabalho de pesquisa busca investigar a educação especial sob a ótica da educação inclusiva no Brasil. A educação especial é uma modalidade de ensino transversal dentro da estrutura educacional brasileira, caracterizada pela necessidade de adequações curriculares. Essas adaptações têm por objetivo atender aos educandos que, devido às suas especificidades cognitivas, físicas ou sensoriais, não conseguem acompanhar, de forma plena, o currículo regular. O termo “transversal” indica que essa modalidade perpassa todos os níveis de ensino, abrangendo desde a educação básica, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a educação profissional técnica até o ensino superior.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015, Art. 2º) define como pessoa com deficiência aquela que apresenta impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.1). À luz dessa definição, torna-se essencial investigar o percurso histórico da educação especial, compreendendo seus avanços e retrocessos ao longo do tempo. Tal compreensão é imprescindível para que se evitem equívocos sobre sua trajetória no cenário educacional brasileiro.

No contexto nacional, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) evidenciam a importância de respeitar o indivíduo em sua totalidade, reconhecendo e valorizando suas características e especificidades, bem como acolhendo a diversidade como elemento essencial de uma educação democrática e de qualidade. O objetivo desses marcos é justamente potencializar as diferenças como instrumento para assegurar uma educação inclusiva, equitativa e acessível a todos os estudantes, independentemente de suas condições.

Os capítulos deste trabalho abordarão algumas das principais reflexões sobre o contexto histórico da educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), destacando o público-alvo da educação especial, a concepção de

pessoa com deficiência, os aspectos relacionados à acessibilidade, o uso de tecnologias assistivas (TA), o Atendimento Educacional Especializado (AEE), além dos principais conceitos, políticas públicas e marcos regulatórios que fundamentam a educação especial no Brasil.

Sob a perspectiva da educação inclusiva, esta pesquisa busca analisar o papel das unidades escolares e das famílias, bem como suas estratégias e práticas, à luz dos referenciais teóricos, bibliográficos e legais brasileiros. A metodologia adotada terá como base uma análise teórica fundamentada em autores e documentos relevantes que sustentam a política de Educação Inclusiva no Brasil, como a já mencionada Declaração de Salamanca (1994), a Política Nacional de Educação Especial (1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009).

Complementarmente, será realizado um estudo de caso envolvendo crianças da educação infantil matriculadas no ensino regular. A pesquisa também contará com a leitura e análise de artigos científicos, livros especializados e conteúdos disponibilizados em mídias digitais, selecionados com base em critérios de confiabilidade e rigor acadêmico, a fim de assegurar a qualidade e veracidade das informações apresentadas neste Trabalho de Conclusão de Curso.

## **CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA UMA ESCOLA INCLUSIVA DE QUALIDADE.**

A Declaração de Salamanca, elaborada durante a Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha, em 1994, tem como principal objetivo fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais que promovam a inclusão social. É considerada um dos documentos mais relevantes no cenário mundial voltado à promoção da educação inclusiva, juntamente com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1988) e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990).

A Declaração de Salamanca consolidou a tendência mundial de valorização da educação inclusiva, impulsionada pelos movimentos de direitos humanos surgidos entre as décadas de 1960 e 1970 (MENEZES; SANTOS, 2002). O próprio texto da declaração afirma que o evento proporcionou uma oportunidade única para posicionar a educação especial dentro da estrutura da “educação para todos”, proposta em 1990. Além disso, promoveu uma plataforma que afirma o princípio da inclusão e estimula o debate sobre práticas que garantam o acesso e a permanência de crianças com necessidades educacionais especiais em ambientes educacionais regulares, assegurando-lhes seu lugar de direito numa sociedade de aprendizagem (MENEZES; SANTOS, 2002).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, incisos II e III), além de estabelecer, como um de seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação (Art. 3º, inciso IV). O Art. 5º assegura o direito à igualdade, e os Artigos 205 e seguintes tratam do direito universal à educação. Segundo o Art. 205, a educação deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Portanto, toda escola, reconhecida pelos órgãos oficiais competentes, deve respeitar os princípios constitucionais, sendo vedada qualquer forma de exclusão, seja por deficiência ou por qualquer outra condição.

No que se refere à inclusão, é importante distinguir os conceitos de

normalização e inclusão. O princípio da normalização refere-se à colocação seletiva de alunos com deficiência em classes comuns, sem necessariamente o suporte de um professor especializado. Nesse modelo, espera-se que os estudantes demonstrem capacidade de acompanhar a turma regular sem adaptações significativas (MRECH, 2007).

Entretanto, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEESP, 1994, p. 22), a normalização não significa tornar os alunos "normais", mas sim normalizar o contexto em que vivem, oferecendo-lhes condições de vida o mais semelhantes possível às da sociedade em geral. Já o processo de inclusão propõe um modelo educacional que busca maximizar a participação dos alunos com deficiência na escola regular, contando com o suporte de profissionais da educação especial e com o uso de recursos pedagógicos adaptados às necessidades desses estudantes.

A inclusão fundamenta-se na ideia de que todas as vozes devem ser ouvidas e consideradas na construção das práticas educacionais. Isso implica não excluir ninguém — nem suas ideias — do processo de modelagem da realidade escolar. A inclusão é um processo contínuo, em constante evolução, que demanda reavaliações permanentes e ajustes às novas realidades.

No que tange à legislação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) definem a educação especial como uma modalidade de educação escolar, preferencialmente oferecida na rede regular de ensino, destinada a educandos com deficiência. A mesma lei garante que o atendimento educacional especializado (AEE) será realizado em classes, escolas ou serviços especializados sempre que, por razões específicas, não for possível a inclusão total do aluno nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 2014, p. 33).

O movimento nacional pela inclusão de todas as crianças nas escolas, bem como o ideal de uma escola para todos, têm transformado as expectativas educacionais voltadas aos alunos com deficiência. Desde a década de 1990, esses movimentos ganharam força e se expandiram em diversos países, revelando que a inclusão bem-sucedida exige um sistema educacional distinto daquele tradicionalmente disponível.

A efetiva inclusão requer a inserção de todos — sem distinção de condições motoras, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas ou socioeconômicas — e depende de sistemas educacionais planejados e organizados para responder à diversidade de seus alunos. A inclusão escolar representa uma proposta de valores simbólicos importantes, alinhados à promoção da igualdade de direitos e de oportunidades para todos, dentro de um ambiente educacional acessível, respeitoso e acolhedor.

Diante do desafio de implementar um modelo de educação inclusiva em todo o território nacional, incluindo Estados e Municípios, surgem alguns questionamentos importantes: que tipo de professor a escola inclusiva exige? Um profissional especializado em todos os tipos de alunos, inclusive aqueles com deficiência? Como superar os limites estruturais do sistema educacional vigente?

A implementação da educação inclusiva enfrenta dificuldades operacionais reais, como a falta de recursos humanos, pedagógicos e físicos, que ainda não foram integralmente supridos no Brasil, nem mesmo nos grandes centros urbanos. Essas condições, embora ainda distantes da realidade de muitas escolas, são possíveis em programas-modelo ou em projetos experimentais, sendo necessárias estratégias de ampliação para o contexto geral da educação nacional.

Segundo a série "Saberes e Práticas da Inclusão", publicada pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2003, p. 24), o maior desafio para a implementação da escola inclusiva no Brasil é a formação dos professores:

“O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente.” (BRASIL, 2003, p. 24)

A educação inclusiva, no Brasil, tem sido compreendida sob uma perspectiva mais ampla, que vai além do simples atendimento especializado que predominou por décadas. Segundo a LDB, trata-se de uma modalidade de educação escolar que visa a formação plena do indivíduo para o exercício da cidadania. A educação inclusiva deve ser implementada transversalmente, em todos os níveis de ensino, com um projeto pedagógico que respeite e valorize a diversidade dos alunos.

Os serviços educacionais especializados não devem funcionar isoladamente,

mas integrados a uma estratégia educacional ampla, voltada ao pleno desenvolvimento de todos. Pesquisas brasileiras indicam uma tendência de superar a ideia da educação especial como um subsistema separado, reforçando seu papel interativo e transversal na educação geral.

Essa ação transversal deve perpassar a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior, assim como modalidades como a educação de jovens e adultos (EJA) e a educação profissional. A atenção à diversidade visa garantir o direito de acesso à escola, promovendo a qualidade de ensino e aprendizagem para todos, bem como o desenvolvimento e a socialização dos alunos.

A escola inclusiva deve respeitar as diferenças não como obstáculos, mas como fatores enriquecedores da prática educativa. A diversidade existente nas comunidades escolares compreende uma ampla gama de características e necessidades educacionais, que podem ser identificadas em várias situações:

- Crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas;
- Crianças com deficiência e com altas habilidades;
- Crianças trabalhadoras ou em situação de rua;
- Crianças de populações rurais, distantes ou nômades;
- Crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais;
- Crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados.

Conforme o Art. 58º da LDB, a educação especial é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2014, p. 33).

Esse mesmo artigo estabelece que, sempre que necessário, será garantido apoio especializado para atender às peculiaridades dessa clientela, desde a educação infantil na rede pública. Os serviços especializados não devem limitar ou impedir a participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares regulares, mas sim complementar e enriquecer o processo de ensino e aprendizagem.

A atual Política Nacional de Educação Especial propõe critérios de priorização no atendimento educacional especializado, definindo como aluno com necessidades

educacionais especiais aquele que:

“... por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas.”  
(MEC/SEESP, 1994, p. 25)

Essa política enfatiza o atendimento a alunos:

- Com deficiência mental, visual, auditiva, física ou múltipla;
- Com condutas típicas (problemas de conduta);
- Com altas habilidades ou superdotação.

Deficiência mental caracteriza-se por um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, acompanhado de limitações em pelo menos duas áreas da conduta adaptativa: comunicação, autocuidado, habilidades sociais, desempenho acadêmico, mobilidade, entre outras.

Deficiência visual pode ser total (cegueira) ou parcial (baixa visão). Pessoas cegas requerem recursos como o Sistema Braille, Sorobã, bengalas, cães-guia e demais tecnologias assistivas. Já as pessoas com baixa visão necessitam de materiais ampliados e dispositivos ópticos específicos (BRASIL, 2006).

Deficiência auditiva refere-se à perda total ou parcial da capacidade de compreender a fala, podendo ser congênita ou adquirida. Manifesta-se em graus variados (leve a profunda), podendo ou não exigir o uso de aparelhos auditivos.

Deficiência física envolve alterações no corpo humano que comprometem a função motora, como paralisias, amputações, deformidades, nanismo, entre outras, interferindo na mobilidade e na coordenação.

Deficiência múltipla consiste na associação de duas ou mais deficiências, como deficiência mental e física. Trata-se de condição mais rara, porém de maior complexidade.

Condutas típicas são manifestações de comportamento associadas a síndromes, quadros neurológicos ou psicológicos que afetam o desenvolvimento e a socialização da criança, exigindo atendimento educacional especializado.

Altas habilidades ou superdotação referem-se ao desempenho elevado em uma ou mais áreas, como: capacidade intelectual, criatividade, liderança, talento artístico ou habilidades psicomotoras.

## 1.2 UMA ESCOLA INCLUSIVA DE QUALIDADE

A construção de uma escola inclusiva com equidade é um desafio que exige a revisão de diversos aspectos, desde a gestão administrativa até a prática pedagógica. As Unidades Escolares de Ensino Regular devem estar preparadas para oferecer vagas a todos os alunos, organizando-se de forma a garantir equidade no atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando-lhes as condições necessárias para permanência e aprendizagem.

A diversidade deve ser respeitada e valorizada no ambiente escolar. Nesse contexto, é essencial o papel da escola em definir atividades e procedimentos que envolvam alunos, funcionários, corpo docente e gestores, de forma a criar espaços inclusivos e acessíveis, garantindo que todos os estudantes façam parte do coletivo escolar. As atividades extracurriculares também devem contemplar os alunos com deficiência, de modo que ninguém seja excluído.

O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns da rede regular de ensino, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica. De acordo com o Artigo 4º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, a educação especial deve considerar as situações singulares, os perfis dos estudantes, suas características biopsicossociais e faixas etárias, baseando-se em princípios éticos, políticos e estéticos, de modo a assegurar:

- I – a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;
- II – a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização de suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;
- III – o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos (BRASIL, 2001, p. 1).

Assim, o trabalho com a educação inclusiva deve ser orientado pelo contexto real de cada unidade escolar, analisando as condições em que recebe os alunos com necessidades especiais e de que forma assegura sua aprendizagem, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento especializado.

Nas escolas inclusivas, as pessoas se apoiam mutuamente, e as necessidades específicas dos alunos são atendidas não apenas por profissionais especializados, mas também por colegas, professores e demais integrantes da comunidade escolar.

A proposta dessas instituições é superar os obstáculos que ainda impedem a efetivação de uma educação de qualidade para todos (MADER, 1997).

Conforme destaca Mader (1997), é necessário construir uma política de igualdade com seriedade e responsabilidade, possibilitando ações significativas e transformadoras no campo da educação inclusiva. Há um consenso crescente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídos nos planos educativos comuns, e essa perspectiva levou à consolidação do conceito de escola inclusiva.

O maior desafio para uma escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, inclusive aqueles que enfrentam deficiências e desvantagens severas. Como afirma o documento de Salamanca:

“O desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência e desvantagens severas.” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 6)

Para Mantoan (2003), reconstruir os fundamentos de uma escola de qualidade para todos implica refletir sobre o sentido do conhecimento e da aprendizagem, e sobre os papéis desempenhados pela escola, pelo professor e pelo aluno, com base nos paradigmas educacionais que os sustentam. A autora argumenta que a escola inclusiva exige mudanças paradigmáticas profundas, que envolvem mais do que práticas: exigem novas concepções de ensino, de avaliação e de relação com a diversidade.

Esses paradigmas, segundo Mantoan, são modelos abstratos que norteiam o comportamento de um grupo em determinado momento histórico. Quando entram em crise — por já não atenderem às demandas da realidade — precisam ser revistos. Ainda hoje, a inclusão causa angústias e incertezas em muitos educadores. No entanto, à medida que vai sendo incorporada pelas escolas, ela mobiliza compromissos e mudanças efetivas nas práticas pedagógicas, promovendo uma aprendizagem significativa, democrática, inclusiva e de qualidade.

Manter modelos tradicionais de ensino, que ignoram as diferenças e reproduzem exclusões, é insustentável diante das exigências da sociedade contemporânea. O Artigo 208, §1º da Constituição Federal, estabelece que:

“O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.”

Ainda nesse artigo, é assegurado que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Dessa forma, a escola do século XXI precisa estar comprometida com a formação integral do cidadão — um indivíduo crítico, criativo e participativo, preparado para lidar com as complexas e rápidas transformações da sociedade moderna. A educação escolar, portanto, deve garantir a efetiva participação social, com base na solidariedade, no respeito à dignidade humana, na igualdade de direitos e na rejeição de toda forma de discriminação.

Mantoan (2003), acreditando no potencial de desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, propõe diversas estratégias pedagógicas que devem orientar a ação docente e promover uma aprendizagem significativa. Entre elas:

- Estabelecer como eixo central a crença de que toda criança é capaz de aprender;
- Garantir tempo e condições adequadas para que cada aluno aprenda conforme suas possibilidades;
- Criar espaço para cooperação, diálogo, solidariedade, criatividade e espírito crítico entre alunos, professores, gestores e funcionários;
- Valorizar e formar continuamente o professor, reconhecendo-o como o principal agente da aprendizagem;
- Substituir o caráter classificatório da avaliação escolar, baseado em notas e provas, por processos avaliativos contínuos e formativos, que acompanhem o desenvolvimento de todos os alunos.

Portanto, a educação inclusiva exige práticas pedagógicas inovadoras, sustentadas por uma concepção de escola que reconhece a diversidade como riqueza e a inclusão como direito. Seu êxito depende do compromisso coletivo com uma escola para todos.

## **CAPÍTULO 2 – IMPORTÂNCIA DOS VALORES, PRINCÍPIOS E ATITUDES**

Segundo Delors (1998), a igualdade não está em desacordo com o respeito às diferenças entre as pessoas, mas, ao contrário, reside na valorização da capacidade de cada ser humano em suas realizações. Para Sassaki (1997), a igualdade entre as pessoas é um valor fundamental quando se trata de construir escolas verdadeiramente inclusivas. Essa igualdade pode ser analisada sob diversos ângulos, mas em todos eles ela transcende o indivíduo, abrangendo aspectos de natureza política, social e econômica.

Assim, ao buscar proporcionar oportunidades iguais e justas para todos, ainda há muito a ser feito pelas unidades escolares, a fim de garantir que se cumpra, na prática, o princípio segundo o qual todo ser humano tem direito à dignidade, independentemente de suas capacidades ou realizações.

No entanto, a concretização desse princípio enfrenta limitações. Muitas vezes, são tendências culturais e sociais que conduzem a respostas desfavoráveis a determinadas situações ou pessoas, baseadas em valores distorcidos. No caso da igualdade entre indivíduos, os entraves se manifestam na recusa em reconhecer e defender esse valor, o que pode ser observado em comportamentos, reações, emoções e palavras que promovem a exclusão.

Delors (1998) ainda observa que a existência dessas barreiras confirma a persistência de uma cultura de desigualdade nas escolas, influenciando os discursos e procedimentos adotados por professores, gestores, alunos e até pelos pais. Essa cultura discriminatória, por vezes sutil, perpassa o cotidiano escolar e mina os esforços pela inclusão plena.

De forma direta, a igualdade entre as pessoas é um valor negligenciado nos padrões e concepções da escola tradicional. Segundo Machado (2001), ainda é possível encontrar diretores, professores e pais que demonstram resistência ou ignorância diante das mudanças no perfil dos alunos, não reconhecendo que as crianças e adolescentes da atualidade são diferentes daqueles que frequentaram a escola em décadas passadas.

Essa resistência muitas vezes se manifesta por meio de preconceitos explícitos ou velados, especialmente em relação a alunos com dificuldades de aprendizagem

decorrentes de deficiências de natureza intelectual, social, afetiva, emocional, física ou cultural. Também são alvo de preconceito alunos negros, oriundos de famílias pertencentes a religiões populares, filhos de mães solteiras, pais omissos, usuários de drogas, ou em situação de vulnerabilidade social.

Essas atitudes excludentes deixam evidente que, embora a escola não tenha o poder de transformar sozinha toda a realidade social, ela possui o potencial de estabelecer os primeiros princípios para a construção de uma cultura de inclusão.

Portanto, para que a escola se configure como um espaço verdadeiramente inclusivo, é necessário que ela se comprometa com seu principal desafio: assegurar o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção.

## **2.1 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL**

O comprometimento da família na vida escolar da criança é uma necessidade indispensável para o desenvolvimento integral do educando. A participação ativa dos responsáveis deve ser incentivada e orientada, de forma a promover um relacionamento seguro e colaborativo com a escola. Nesse sentido, é fundamental que a família valorize e estimule as práticas vivenciadas pela criança no ambiente escolar, reconhecendo que cada troca de experiência contribui significativamente para o seu crescimento pessoal, social e cognitivo.

A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não pode se limitar às ações da escola. Ela exige também a construção de redes de colaboração entre a instituição de ensino, a família e a sociedade, a fim de fortalecer o combate à intolerância e às barreiras atitudinais, além de promover uma compreensão mais profunda da diversidade presente no desenvolvimento infantil (ARRUDA; ALMEIDA, 2004, p. 16). A criança, enquanto sujeito social e histórico, está inserida em um núcleo familiar que, por sua vez, pertence a um contexto cultural específico. Dessa forma, a qualidade das interações familiares, bem como o grau de estímulo oferecido no ambiente doméstico, está diretamente relacionada ao desenvolvimento e à aprendizagem da criança, especialmente daquelas com necessidades educacionais especiais.

É imprescindível que pais e familiares tenham acesso a informações

adequadas sobre a natureza e a extensão das deficiências ou condições específicas de seus filhos, assim como sobre os recursos, serviços, tratamentos e possibilidades educacionais disponíveis. Além disso, é importante que sejam orientados quanto às perspectivas futuras dessas crianças, de modo a construir um plano de vida com expectativas realistas e apoio consistente. O objetivo principal dessa orientação é capacitar as famílias para lidar de forma mais eficaz com os desafios que envolvem as deficiências, promovendo uma convivência mais harmoniosa e produtiva.

Nesse processo, o aconselhamento familiar desempenha um papel fundamental. Alguns aspectos devem ser observados: escutar atentamente as dúvidas e angústias dos familiares; utilizar uma linguagem acessível, que favoreça a compreensão; estimular a aceitação do diagnóstico ou condição apresentada pela criança; envolver todos os membros da família no aconselhamento; trabalhar os sentimentos, atitudes e expectativas frente à deficiência; e facilitar a integração social da criança com necessidades educacionais especiais. Como destaca o Ministério da Educação: "A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano." (BRASIL, 1998, p. 24).

Um cuidado adicional deve ser tomado em relação à superproteção, que pode afetar negativamente o processo de desenvolvimento da criança. Em muitos casos, os pais tendem a concentrar suas atenções nas limitações dos filhos, o que faz com que os fracassos sejam mais valorizados do que as conquistas. Essa postura, ainda que movida por boas intenções, pode limitar a autonomia da criança e prejudicar seu progresso acadêmico e emocional.

Portanto, o papel da família é central na consolidação de uma proposta educacional inclusiva. Quando há envolvimento efetivo e consciente por parte dos familiares, criam-se condições mais favoráveis para o desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas, que respeitam a diversidade e valorizam o potencial de cada aluno.

### **CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO COM CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR – EDUCAÇÃO INFANTIL**

As limitações enfrentadas por crianças com necessidades educacionais especiais afetam diretamente suas possibilidades de promoção da independência e da interação social. As habilidades de autonomia pessoal e social são fundamentais para uma melhor qualidade de vida, uma vez que favorecem o relacionamento interpessoal, a independência, a satisfação pessoal e atitudes positivas. Alunos com necessidades educacionais especiais devem ter a oportunidade de participar de forma significativa e integral das atividades escolares regulares (ARRUDA; ALMEIDA, 2004, p. 16).

A presente pesquisa foi elaborada com base em dois eixos principais: o referencial teórico, sustentado por uma bibliografia diversificada sobre a temática, e a parte prática, desenvolvida em uma Unidade Escolar Pública de Ensino Regular, com crianças com necessidades especiais matriculadas e frequentando a Educação Infantil, nos Ciclos II ao IV. A definição da metodologia da pesquisa partiu da necessidade de compreender a realidade observada, com base em um problema identificado no contexto escolar. Segundo Pádua (1996, p. 33), a pesquisa bibliográfica compreende a leitura, análise e interpretação de livros, textos legais, mapas, fotografias, entre outros materiais. Todo esse conteúdo deve passar por uma triagem criteriosa, seguida de um plano de leitura sistemático, acompanhado por anotações e fichamentos, que servirão como base para a fundamentação teórica do estudo.

Após a realização da pesquisa bibliográfica, iniciou-se a etapa prática por meio de um estudo de caso conduzido na escola selecionada. A população analisada compreendeu alunos com necessidades especiais dos Ciclos II ao IV, com características semelhantes e devidamente atendidos pela instituição. Esses alunos foram matriculados entre os anos de 2021 e 2024, sendo que, no momento da matrícula, foi preenchida uma ficha de anamnese, bem como entregues relatórios e laudos médicos. Esses documentos contribuíram significativamente para as observações, análises e acompanhamento pedagógico realizados pela equipe escolar.

O estudo de caso, conforme Ludke e André (1986, p. 18), é um método

qualitativo desenvolvido em situações naturais, com riqueza de dados descritivos, plano aberto e flexível, e que focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada. Para iniciar a coleta de dados, foi realizada uma visita à instituição com o objetivo de dialogar com a diretora e professores, a fim de conhecer o público atendido e as necessidades específicas dos alunos de inclusão. A escola forneceu as fichas individuais dos estudantes que apresentavam dificuldades de socialização ou de adaptação à rotina escolar, dificuldades essas que acarretavam impactos negativos na aprendizagem e no desenvolvimento desses alunos.

A partir da queixa da escola, o estudo de caso passou a se concentrar na observação direta das salas de aula, com especial atenção às turmas dos Ciclos II ao IV. Verificou-se que muitos alunos apresentavam dificuldade em seguir a rotina escolar, em cumprir regras e combinados, bem como em participar das atividades pedagógicas e nos momentos de alimentação. Essas observações permitiram identificar que, de modo geral, os alunos com necessidades especiais tinham dificuldade em socializar com os colegas, apresentavam crises nervosas, negavam-se a participar das atividades propostas e demonstravam comportamento agressivo em alguns momentos.

Foram registrados comportamentos que revelavam falta de assiduidade, dificuldade em permanecer nos espaços internos da escola e desinteresse pelas atividades dirigidas. Esses fatores interferem diretamente na adaptação escolar e impactam negativamente o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. A maioria dessas crianças apresenta algum tipo de dificuldade socioafetiva, sendo que também foi constatada a ausência de reconhecimento, por parte de alguns pais ou responsáveis, quanto às necessidades especiais dos filhos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como a Constituição Federal, garante o direito de todos à educação, destacando, em seu art. 206, a necessidade de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, além da liberdade de aprender e ensinar. Entretanto, observou-se que os alunos de inclusão, embora tenham esse direito garantido, acabam se isolando devido à ausência de integração afetiva, social e educacional, agravada pela baixa frequência escolar e pela falta de acompanhamento por equipes multidisciplinares.

Com base nas legislações e teorias da inclusão, foram analisadas as práticas pedagógicas e o acolhimento proporcionado pela instituição. As professoras

demonstraram grande preocupação em planejar atividades que atendessem às diversidades e necessidades dos alunos, promovendo a interação entre eles, especialmente no caso dos alunos de inclusão. O ambiente escolar revelou-se acolhedor, embora ainda em constante processo de mudança e aperfeiçoamento.

Ao aprofundar as análises, constatou-se que a dificuldade de socialização permanece como uma das principais barreiras enfrentadas. Além disso, ficou evidente a necessidade de um trabalho conjunto entre a escola e as famílias no sentido de promover o acompanhamento médico adequado, a assiduidade e o apoio emocional necessário à adaptação escolar. A falta de envolvimento por parte dos responsáveis contribui diretamente para a fragilidade do processo educativo. É necessário, portanto, que os pais incentivem seus filhos, valorizem suas conquistas e potencializem seus aspectos positivos também no ambiente familiar.

No campo afetivo, é essencial ajudar as crianças a desenvolverem sentimentos positivos sobre si mesmas, fortalecendo sua autoestima e segurança. Já no aspecto cognitivo, é recomendável ampliar e enriquecer o vocabulário, pois isso melhora a comunicação e a organização do pensamento, promovendo a construção de uma autoimagem positiva, capaz e valiosa. O desenvolvimento da linguagem oral, do raciocínio lógico-matemático, da psicomotricidade e das competências socioemocionais contribui de maneira integrada para o desenvolvimento global da criança.

Acreditando nessa interação, entende-se que o desenvolvimento infantil deve ser compreendido de maneira holística, ou seja, as dimensões afetiva, cognitiva, psicológica, psicomotora e emocional estão interligadas e se influenciam mutuamente. Por isso, é fundamental que haja uma preocupação integrada com todos os aspectos do desenvolvimento.

Nesse processo, a coordenadora pedagógica tem um papel essencial de auxiliar na reintegração da criança à vida escolar, sendo necessário realizar uma investigação cuidadosa a fim de levantar hipóteses sobre os desvios de comportamento e dificuldades de aprendizagem. Observou-se também a carência de maior participação das famílias, uma vez que poucas demonstram disponibilidade para acompanhar a vida escolar dos filhos. Na área pedagógica, torna-se urgente o fortalecimento de estratégias que envolvam e motivem as famílias.

Do ponto de vista afetivo-social, foi possível identificar padrões comuns entre os alunos, tais como dificuldades de comunicação, baixa autoestima, insegurança e resistência à adaptação escolar, além da escassa participação dos familiares. A motivação da família reflete-se diretamente na postura dos alunos, pois aqueles que recebem incentivo e apoio tendem a apresentar comportamentos mais colaborativos e maior envolvimento com os colegas, o que contribui para um processo de aprendizagem mais significativo.

Durante a realização desta pesquisa, constatou-se que os alunos com necessidades especiais que frequentam regularmente a escola e são assistidos por atendimentos terapêuticos ou especializados não apresentam, em sua maioria, dificuldades severas de adaptação e socialização. Com base nisso, conclui-se que a assiduidade escolar e os devidos acompanhamentos especializados, aliados à motivação e à parceria das famílias, são fatores indispensáveis para o sucesso do processo educacional. A escola e a família precisam estar alinhadas e comprometidas com um mesmo objetivo: promover uma educação de qualidade para todos os alunos, respeitando suas singularidades.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização deste trabalho, fundamentado em pesquisa bibliográfica e estudo de caso, possibilitou o alcance dos objetivos inicialmente propostos, entre eles, a análise da política de inclusão e seus reflexos nos processos de socialização e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, bem como a investigação da participação da família na vida escolar desses alunos. Por meio das observações realizadas durante o estudo de caso, foi possível identificar comportamentos relacionados às dificuldades de socialização, geralmente associadas à condição especial dos estudantes e à sua frequência escolar.

Além disso, foi realizada uma análise detalhada do cotidiano da escola e da sua rotina pedagógica, verificando-se o quanto a instituição se configura, de fato, como um espaço inclusivo, assim como as estratégias que vêm sendo adotadas na busca por melhorias e atualizações que favoreçam o desenvolvimento de todos os alunos. A legislação educacional e os textos estudados ao longo da elaboração deste trabalho deixam claro que a proposta de uma educação inclusiva requer uma renovação pedagógica profunda. Essa renovação exige, primeiramente, que tanto a sociedade quanto a escola se adaptem às necessidades dos alunos com deficiência — e não o contrário. Em segundo lugar, evidenciam que o professor, enquanto agente determinante na transformação da escola, precisa estar adequadamente preparado para gerenciar o acesso à informação e ao conhecimento por parte de todos os estudantes, especialmente daqueles que enfrentam maiores dificuldades no processo de aprendizagem.

Durante o estudo, foi possível perceber o comprometimento das professoras com a formação continuada, com foco na educação inclusiva, e o esforço da escola em aprimorar o atendimento educacional especializado e os apoios pedagógicos necessários. Tais ações demonstram que há uma preocupação concreta em fortalecer o trabalho inclusivo dentro da escola, mas também evidenciam que ainda é necessário potencializar o envolvimento de toda a comunidade escolar, promovendo uma cultura de acolhimento, respeito à diversidade e valorização das diferenças. Acreditar na inclusão e, sobretudo, aceitá-la como princípio fundamental da educação é o que torna a escola um verdadeiro ambiente de construção de conhecimento, tanto para os alunos com necessidades especiais quanto para os demais colegas.

Dessa forma, conclui-se que a gestão escolar e toda a comunidade educativa precisam enxergar a escola como um espaço genuinamente inclusivo, e assumir, como seu maior desafio, garantir o sucesso de todos os alunos — sem nenhuma exceção. Somente assim será possível avançar rumo a uma educação verdadeiramente democrática, equitativa e de qualidade para todos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, DF: MEC, 2007.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão: a escola está preparada para ela? Revista **Nova Escola: Inclusão**, Brasília, v. 20, n. 182, 2005.

MAZZOTTA, Marcos José da Silva. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova Iorque, 2006.

SILVEIRA BUENO, José Geraldo. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.